

Migrações internacionais: uma nova questão demográfica

Neide Lopes Patarra*

"Um milhão de brasileiros vive fora do país", manchete de *O Estado de São Paulo* de 5 de outubro de 1995. Essa matéria, juntamente com várias outras sobre o tema, acompanhou a realização do seminário Migração Internacional e Cidadania (1), no Ministério da Justiça, em Brasília, entre os dias 3 e 5 de outubro de 1995, evento em que foram apresentadas estimativas sobre o saldo migratório internacional negativo da população brasileira. A imprensa brasileira, nos últimos tempos, tem sido constante e incisiva na colocação dessa temática emergente, possivelmente porque sua constatação, além de surpreender, move emoções de nacionalismo e de identidade coletiva.

Os resultados iniciais do Censo Demográfico de 1991, na verdade, demonstraram o que já se vislumbrava: faltava gente na estrutura etária da população brasileira. Em meio a vários assuntos abordados no seminário, ressaltaram-se as estimativas realizadas por especialistas que ousavam trazer ao debate a quantificação de uma nova questão de-

mográfica: os movimentos populacionais de e para o Brasil.

Para a imprensa, a cifra de um milhão simbolizou a confirmação de um fato novo e importante na vida nacional; para os participantes, a quantificação demográfica legitimou a realidade de uma problemática social nova e característica deste final de século. Deixar o país não é mais apenas decisão isolada de um indivíduo, de um pequeno grupo, que fortuitamente sai para estudar ou tentar melhorar a vida em outro país. Há forças sociais operando no sentido de expulsar ou condicionar uma alternativa que envolve contingentes expressivos, localizados em determinadas áreas. Criam-se redes de comunicação; estabelecem-se circularidades; aprende-se que o mundo de hoje comporta um modo de vida diferente, em outro lugar, em busca de algo que não se tem ou da concretização de um plano de retorno com "pé de meia" para realizar os sonhos aqui construídos. Há "causas" e "motivos", há conflitos, saudades e implicações envolvendo um contingente expressivo de pessoas no processo de deslocamento transnacional, que se configura como crescente e irreversível. Se, no conjunto da população, as estimativas envolvem apenas a pequena cifra de 1%, mais de um milhão de pessoas é muita gente!

O Brasil, na verdade, não está fora da rota dos grandes deslocamentos internacionais atuais, marcados por acentuadas desigualdades, conflitos raciais e dis-

* Professora do Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pesquisadora do Núcleo de Estudos de População (NEPO) desta Universidade.

(1) Evento realizado no âmbito do Programa Interinstitucional de Avaliação e Acompanhamento das Migrações Internacionais no Brasil, apoiado pelo Fundo das Nações Unidas para Atividades em População (FNUAP) e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e desenvolvido pelo Núcleo de Economia Social, Urbana e Regional (NESUR) e o Núcleo de Estudos de População (NEPO), ambos da Unicamp.

putas religiosas. Não está fora, também, do considerável fluxo financeiro que coloca as remessas de divisas por parte dos migrantes como uma das alíneas mais elevadas no conjunto internacional de transferências: apenas no ano passado, o total de transferência monetária para o país atingiu a cifra de aproximadamente 4 bilhões de dólares – sem dúvida, um excelente “produto de exportação”.

A questão das migrações internacionais ganhou visibilidade nas atividades de preparação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, realizada no Cairo em 1994. Na Conferência, a diplomacia brasileira destacou-se na discussão do direito de reunificação das famílias de migrantes documentados, tema que, controverso e calorosamente discutido, foi o que mais se aproximou de um alinhamento entre países ricos e países pobres. O Plano de Ação decorrente da Conferência, embora não incorpore a reunificação familiar como um direito, dá destaque à necessidade de se garantirem e ampliarem os direitos dos migrantes legais, bem como de se estruturar proteção e apoio a migrantes não-documentados e a refugiados. O documento reflete uma tensão real, pois, se de um lado preconiza medidas que buscam diminuir os fluxos crescentes, de outro, reconhecendo sua inexorabilidade, preconiza ações que visam favorecer a convivência, com a redução de conflitos, perseguições e discriminações.

No ambiente pós-Cairo iniciou-se a elaboração de um diagnóstico preliminar dos movimentos migratórios *de* e *para* o Brasil, com destaque para os principais fluxos, objetos de pesquisas específicas. Na verdade, o diagnóstico aponta, sob a rubrica “migrações internacionais”, a inserção de fenômenos sociais bastante distintos, desde os movimentos de trabalhadores rurais sem-terra até grupos de classe média urbana que buscam, no exterior, a realização de uma mobilidade social truncada no país de origem.

No seminário de Brasília, o diagnóstico inicial foi cotejado com o aparato governamental responsável pelas decisões relativas ao tratamento dispensado aos estrangeiros, assim como com aquele responsável pelo tratamento recebido por brasileiros no exterior. É interessante a constatação de que, também nesse nível, a problemática emergente está suscitando reformulações, como no caso do Conselho Nacional de Imigração, órgão que, dentre outras novas atribuições, já está tendo de lidar com a questão dos refugiados, um contingente que – tendendo a aumentar – aglutina hoje cerca de 2.500 pessoas, incluindo a solicitação de aceitação de refugiados da ex-Iugoslávia.

As estimativas apresentadas no referido seminário, por sua vez, evidenciam o fato de que, a partir dos anos 80, os movimentos de entrada e saída do país avolumaram-se a ponto de não mais se poder considerar a população brasileira como uma população fechada. A partir dos anos 50, término do período de afluxo intenso de estrangeiros ao Brasil, o crescimento populacional passou a ser considerado o resultado da diferença entre nascimentos e mortes, passando a ser desprezível, do ponto de vista quantitativo, o reduzido contingente que entrava ou saía do território nacional. Essa etapa encerrou-se, e as migrações internacionais devem fazer parte do que os especialistas costumam chamar de “novo padrão demográfico”, devem fazer parte das projeções demográficas para os anos 90, devem ser uma preocupação para os sistemas de informação, devem constituir parte crescente das agendas de pesquisa de instituições especializadas.

É interessante ressaltar que tanto as estimativas apresentadas no seminário como o levantamento realizado, logo depois, pelo Ministério das Relações Exteriores junto aos consulados convergem para uma cifra em torno de 1,4 milhão de

brasileiros ausentes do país, em sua maioria saídos a partir da última década.

Com forte predominância masculina, e concentrados na faixa etária de 20 a 45 anos, os emigrantes brasileiros distribuem-se majoritariamente pelos Estados Unidos (aproximadamente 600 mil pessoas), Japão (170 mil pessoas) e Europa (127 mil pessoas), com cifras bem menores para outros países e regiões, de acordo com o levantamento consular. Papel de destaque tem o Paraguai, com o registro de 325 mil pessoas. Trata-se de um contingente rural, majoritariamente composto de minifundiários, bóias-frias e posseiros que, expulsos do norte do Paraná pela modernização do campo já nos anos 70 e 80, foram atraídos pela prosperidade vislumbrada pela construção da usina de Itaipu. Sua contrapartida é constituída por fazendeiros e empresários brasileiros que detêm uma expressiva e crescente parcela da propriedade fundiária e parte majoritária da produção de soja e carne do país receptor.

Na verdade, os países fronteiriços do Cone Sul, base territorial, jurídica e populacional do Tratado Comercial (Mercosul), expressam os contrastes mais acentuados da região: as taxas mais elevadas e mais reduzidas de fecundidade; níveis díspares de mortalidade infantil, condições de vida e urbanização; níveis distintos de emprego e acentuados contrastes nas taxas de desemprego e na estrutura do mercado de trabalho. Esses e outros indicadores prenunciam as dificuldades advindas do Tratado, que, além disso, segue a tendência internacional da integração econômica, ou seja, de se iniciar com acordos aduaneiros, flexibilização dos movimentos de capital e com uma política de comércio externo comum, deixando ao largo, para uma etapa poste-

rior, a regulamentação do movimento dos trabalhadores e da população em geral.

Os variados e distintos aspectos que cercam a saída de brasileiros, convém lembrar, não configuram o país como expulsor de população; não se trata de uma inversão de tendência. De aferição muito mais difícil, principalmente pelas conseqüências da condição de ilegalidade, a entrada recente de estrangeiros em território nacional também se tem evidenciado crescente e irreversível. O registro consular estima aproximadamente 300 mil estrangeiros residentes no país, sendo incalculável o número dos clandestinos. Tudo indica que a maior concentração se dá em São Paulo, principalmente no município. É bastante expressivo, nesse sentido, o caso da imigração de coreanos, que, articulados com bolivianos e outros imigrantes latino-americanos, configuram um "enclave" produtor de confecções, numa organização semelhante ao sistema de *putting-out* da primeira fase da Revolução Industrial, mas com preços competitivos numa rede internacional "pós-moderna".

Esses pequenos fragmentos, ilustrando a diversidade de situações que cercam a problemática atual dos movimentos populacionais transnacionais, são aprofundados nos textos que compõem este número da *Revista Brasileira de Estudos de População*. Esperamos que a iniciativa evidencie a necessidade de que a problemática seja ampliada e incorporada a um conjunto crescente de instituições e especialistas e que passe a integrar mais expressivamente as agendas de financiadores, pois significa a contrapartida populacional dos processos macro de globalização e internacionalização financeira, com todas as suas conseqüências.

(Recebido para publicação em julho de 1996)